

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro –
Orçamento 2015 - 3ª Revisão de Receita**

I – Metas de arrecadação 2015 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de Receita do Tesouro Estadual em relação ao registrado na 2ª Revisão de Receita, Nota Técnica Nº 12, de 17 de junho de 2015. A reestimativa se justifica pela materialização de fatos novos posteriores registrados no primeiro semestre deste exercício, resultado de medidas que estão sendo implementadas pela SEFAZ com o objetivo de minimizar o déficit financeiro estimado, além de adequar a projeção ao cenário fiscal para o exercício corrente, sensível às alterações dos indicadores econômicos. As reavaliações estão descritas e evidenciadas nos textos e tabelas apresentados ao longo desta Nota.

A estimativa de receita das fontes do Tesouro totaliza R\$ 61,2 bilhões. O valor representa crescimento de R\$ 851 milhões em relação à 2ª Revisão, grande parte em virtude de novo acordo entre ERJ e Grandes Contribuintes a serem pagos ao Cofre Estadual no valor de R\$ 620 milhões, além da expectativa de arrecadação com a Securitização da Carteira do FUNDES, no valor de R\$ 1 bilhão.

As alterações estão justificadas de forma mais detalhada na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

O cenário atual indica seguidas rupturas de expectativa na previsão da retomada da atividade econômica, em meio a um emaranhado de incertezas políticas com relação à aprovação das prementes reformas fiscais. Neste sentido, reiteram-se perspectivas

pouco auspiciosas para a reversão do nível de confiança dos agentes econômicos no curto prazo.

As projeções de mercado apontam para persistente desaceleração econômica nos próximos anos. Neste sentido, recente relatório do Boletim Focus datado de 21 de agosto, sinalizou retração de 2,06% para o PIB nacional no ano de 2015 e - 0,24% para 2016.

Neste diapasão, o aprofundamento da crise política tem contribuído para elevar o nível de incerteza da economia e a efetividade dos ajustes das contas públicas. Diante deste cenário, retraem-se os investimentos e o consumo, ensejando em uma paralisia quase que por completa da atividade econômica.

No campo internacional, a desaceleração econômica da China tem intensificado os desequilíbrios produtivos e financeiros dos demais países emergentes. Países como o Brasil, dependentes do ciclo de preços das commodities, tem apresentado um quadro de debilidade na dinâmica do investimento.

Diante deste cenário, a expectativa no mercado é de uma valorização do dólar em 2015 com um cambio médio de 3,23 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de vinte e um de agosto de 2015. Este ambiente de incerteza, em especial no Brasil, tem propiciado a volatilidade do real frente às principais divisas e impactado a flutuação das previsões da taxa de câmbio.

Na presença da desvalorização cambial, os produtos nacionais têm aumentado a competitividade frente aos importados. Por esta razão, a balança comercial já mostra retumbantes sinais de reversão do saldo deficitário. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a junho de 2015, saldo acumulado de US\$ 2,221 bilhões ante o déficit de US\$ -6,559 bilhões, no ano anterior. Nesta mesma linha, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a junho de 2015 de + US\$ 442 milhões contra um déficit de US\$ 1,933 bilhão no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a junho de 2015 de 6,17% contra 3,75% no mesmo período do ano passado. O



Boletim Focus (21/08/2015) prevê que o índice feche este ano em 9,29%, muito acima do teto fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 6,5%.

O realinhamento dos preços administrados tem ensejado reajustes reiterados nos preços da energia elétrica e combustíveis. Não menos importante, as recentes desvalorizações cambiais têm contribuído para aceleração da taxa de inflação e a esperada convergência ao centro da meta deve ser atingida apenas em 2017.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA tem apresentado semelhante comportamento. No período compreendido entre janeiro e junho de 2015 acumulou 6,22%, ante 4,29% em 2014.

Em que pese à desvalorização cambial, o desempenho da indústria tem sinalizado ao longo dos últimos anos a perversidade da perda da competitividade internacional. No mercado doméstico, a conjuntura atual indica sinais de represamento do crédito, o que deve engendrar em contínuo contingenciamento do consumo das famílias e, por conseguinte, a retração das expectativas de investimento.

Diante deste cenário, a agenda das reformas estruturantes torna-se imperiosa na discussão da edificação do novo ciclo de crescimento do país. A obsolescência da legislação trabalhista, associada ao quadro de precarização da infraestrutura e a complexidade da tributação são temas recorrentes da política nacional. Deste modo, mais do que nunca a recuperação da credibilidade junto aos agentes econômicos passam pela sinalização do enfrentamento das mazelas crônicas do país.

Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira de janeiro a maio de 2015 registrou uma variação percentual acumulada negativa de 6,9%. Os mesmos dados para o ERJ indicam uma queda de 4,6%.

Neste diapasão, o Índice de Confiança do Empresário Industrial Fluminense (ICEI-RJ) atingiu 35,9 pontos em julho, valor mais baixo de toda a série histórica, confirma a piora na expectativa no que concerne à recuperação da economia no curto prazo. Este indicador se coaduna com o pessimismo do empresariado fluminense em relação à conjuntura econômica atual.

Na esteira dos últimos acontecimentos e diante da expectativa de retração da demanda interna e externa, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (21/08/15), deve fechar o ano de 2015 com uma queda de 5,2%. Segundo o mesmo relatório, espera-se modesta recuperação apenas em 2016, com crescimento previsto de 1,00%.

Neste contexto, a emblemática fabricação de veículos automotores demonstra a desestruturação da indústria nacional. De acordo com dados do IBGE, o referido setor obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e maio de 2015 de - 22,3%, o ERJ, por sua vez, apresentou desempenho ainda pior, com uma retração de 29,6%.

O comércio varejista que passava incólume pela crise tem registrado variações negativas no volume de vendas. No acumulado do ano (janeiro a maio de 2015) o país apresentou redução percentual de 2%. A mesma variação para o ERJ acumula queda de 0,1%. O impacto desse movimento pode ser notado na redução drástica dos postos de trabalho neste setor, intensivo em mão-de-obra.

Diante deste cenário, o mercado de trabalho tem dado sinais de desaquecimento em quase todos os setores pesquisados. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de junho de 2015 indicam variação mensal de - 0,20%, fruto da retração de 7.619 vagas. No ano o saldo está negativo em 80.247 postos de trabalho, um decréscimo de 2,05%, com destaque para comércio, serviços e indústria de transformação. O arrefecimento do mercado de trabalho verificado no ano de 2015 deve persistir no próximo ano, devido à intensa desaceleração da atividade econômica.

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receita Estadual, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2015 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		2ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
		2ª Revisão (E)	3ª Revisão (F)	(F - E)	Δ% (F/E-1)
IRRF	00	3.168	3.168	-	
IPVA	00	2.343	2.363	20	0,9%
ITD	00	692	767	75	10,8%
FECF	22	3.035	3.035	-	
ICMS	00	32.967	33.465	498	1,5%
Modelo Previsão		32.467	32.482	15	0,0%
Acordo Grandes Contribuintes 1º		500	363	137	-27,4%
Acordo Grandes Contribuintes 2º			620	620	0%
Receita Financeira		231	231	-	
FPE	06	1.165	1.165	-	
IPI	07	777	777	-	
Lei Kandir	07	86	86	-	
Demais Transf. União (FEX)	01	-	43	43	100,0%
Multas e Juros**		512	512	-	
Dívida Ativa***		1.287	436	-851	-66,1%
Previsão		287	287	-	
Receita Extra - Securitização		1.000	-	1.000	-100,0%
Acordo Grandes Contribuintes			149	149	0%
Dep. Judiciais tributários	90	711	700	-11	-1,5%
Ressarcimento de pessoal cedido		60	60	-	
Outras Restituições		161	150	-11	-6,8%
Outros		81	86	5	6,6%
Receitas Extras		310	310	-	
Onibus - CEDAE - CEG	01	130	130	-	
Demais Receitas	01	30	30	-	
Receita intra Demais		-	-	-	
Receita intra outras Restituições	01	150	150	-	
Subtotal 1		47.587	47.356	-231	-0,5%
Alienação de Bens	01	-	1.700	1.700	100,0%
Depósitos judiciais	91	300	300	-	
Operações de Crédito		6.074	6.074	-	
	11	5.381	5.381	-	
	21	693	693	-	
Receita Financeira		57	58	1	1,4%
Subtotal 2		6.431	8.132	1.701	26,4%
Royalties & FEP		5.858	5.249	-609	-10,4%
	04	1.716	1.678	-38	-2,2%
	10	4.142	3.571	-571	-13,8%
CIDE	26	28	18	-10	-35,1%
Salário Educação	05	477	477	0	0,1%
Subtotal 3		6.363	5.744	-619	-9,7%
TOTAL GERAL (1+2+3)		60.381	61.232	851	1,4%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

** Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

*** Inclui FR 00 - 01 - 22

1. **IPVA** – Alterado em mais R\$ 20 milhões em relação à 2ª Revisão. A reestimativa está em linha com as iniciativas da Subsecretaria de Receita, com destaque para o envio de aproximadamente 120 mil avisos de débito de IPVA no mês de junho de 2015. Adicionalmente, estão em curso operações fiscais de relevante abrangência e efetividade. Neste contexto, a receita de IPVA tem apresentado desempenho satisfatório, não obstante a retração do setor automobilístico.

2. **ITD** – Este imposto teve a previsão para 2015 aumentada para R\$ 767 milhões, um acréscimo de R\$ 75 milhões em relação à 2ª Revisão. Em que pese à contração da atividade econômica, há de se esperar que haja significativo aumento de receita, associado à mudança na sistemática de lançamento do ITD em relação aos fatos geradores de Herança Extrajudicial, visando à diminuição dos prazos de tramitação na SEFAZ. Ademais, observou-se diminuição do tempo de lavratura das Guias de Controle de ITD para os fatos geradores de Doação e Herança Judicial.

3. **ICMS** – Reavaliado em mais R\$ 498 milhões em relação à 2ª Revisão. Não obstante o Estado do Rio de Janeiro ter absorvido os efeitos da desaceleração da atividade econômica, há um esforço por parte da SEFAZ para recompor a arrecadação a partir de acordos extrajudiciais com grandes contribuintes. A previsão de receita extraordinária foi ajustada, na medida em que houve o desenrolar dos acordos já previstos anteriormente. Ademais, uma nova rodada de negociação no montante de R\$ 620 milhões, como parcela de receita extraordinária referente a acordos firmados para recebimento de parte de débitos em cobrança administrativa, já está em curso. Desse valor, 20 milhões serão recebidos parcelados. Diante destas expectativas, a receita de ICMS foi revista para R\$ 33,5 bilhões.

4. **FEX-Demais Transferências da União**- Constituída em maior magnitude pelo FEX, esta receita foi estimada em R\$ 43 milhões para o ano. Observa-se que a receita de 2014 não foi repassada durante o exercício. Contudo, o Governo

Federal anunciou o repasse do auxílio em atraso, dividido em quatro parcelas, a serem pagas entre setembro e dezembro do ano corrente. A estimativa foi calculada de acordo com o novo coeficiente do Estado do Rio de Janeiro para 2014 de 2,94%, apresentado no PL 2455/15.

5. **CIDE** - Reduzida em menos R\$ 10 milhões em relação à 2ª Revisão de 2015. Considerou-se nessa reestimativa a última Revisão de Programação Financeira da União, divulgada em 30/07/2015 através Decreto 8.496/2015, em que a expectativa de repasse dessa transferência aos Entes Federativos sofreu decréscimo.
6. **Dívida Ativa** – A receita de Dívida Ativa foi ajustada em função do acerto de classificação da receita esperada decorrente da securitização de créditos (Lei nº 7.040/2015), que será contabilizada como Receita de Alienação. Mantém-se valor equivalente ao fluxo normal e acrescentam-se mais e R\$ 149 milhões, consequência da alteração na classificação de parte dos valores recebidos de acordos extrajudiciais com grandes contribuintes, anteriormente classificados na conta de ICMS.
7. **Alienação de Bens** – A Conta de Alienação de Bens foi reavaliada em R\$ 1,7 bilhão a mais, com base na expectativa de arrecadação com a Securitização da Carteira do FUNDES, no valor de R\$ 1 bilhão, e com a Securitização da Dívida Ativa, com previsão de R\$ 700 milhões para o ano, conforme já explicado no item 6. O lançamento dessa operação será realizado nessa rubrica orientando-se pela rotina contábil utilizada em outro Estado da Federação com créditos semelhantes aos do ERJ.
8. **Royalties** – Esta receita teve sua previsão reduzida em R\$ 609 milhões em relação à 2ª Revisão. A nova estimativa reflete o cenário de incertezas sobre as variáveis envolvidas na cadeia de petróleo, sobretudo a frequente flutuação do preço do Brent no mercado internacional. Os parâmetros aqui utilizados

consideram a estimativa de produção encaminhada pela ANP, câmbio a US\$/R\$3,40 e preço do Brent US\$ 48,00.

Para este ano, estima-se que o RIOPREVIDÊNCIA receba R\$ 3.571 milhões desta receita, o que representa 68% das Participações Governamentais do Estado.

Tabela 2 R\$

ROYALTIES		2ª REVISÃO	3ª REVISÃO
		5.857.875.295	5.248.536.328
	Tranferências aos Municípios	335.361.146	321.052.885
	PASEP	55.225.141	49.274.834
Fonte 04	FECAM	320.668.347	303.003.601
	Indenização a União	1.004.631.077	1.004.631.077
	Serviço da Dívida		
Fonte 10	RIOPREVIDÊNCIA*	4.141.989.583	3.570.573.931

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação



Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2015 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	2ª REVISÃO (D)	3ª REVISÃO (E)	2ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
				(E - D)	Δ% (E/D - 1)
IRRF	00	3.168	3.168		
IPVA	00	2.343	2.363	20	0,9%
ITD	00	692	767	75	10,8%
ICMS	00	32.967	33.465	498	1,5%
Multas e Juros	00	493	493		
Dívida Ativa	00	1.232	417	(814)	-66,1%
Receita Financeira	00	0	0		9,5%
Outras Restituições	00	35	20	(15)	-42,6%
Outros	00	0	0		
TOTAL	00	40.931	40.695	(236)	-0,6%
Receita Financeira	01	231	231	()	-0,0%
Demais Transf. União	01	-	43	43	100,0%
Multas e Juros	01	6	6		
Outras Restituições	01	120	120		
Dívida Ativa	01	34	12	(23)	-66,1%
Demais Receitas	01	30	30		
Alienação de Bens*	01	-	1.700	1.700	100,0%
Ress. de Pess. Cedido- D. Áreas	01	3	3		
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	0	0		
Rec. Intra de Outras Restituições	01	150	150		
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	01	-	-		
Outros	01	203	208	5	2,5%
TOTAL¹	01	777	2.503	1.725	222,0%
Royalties	04	1.716	1.678	(38)	-2,2%
Receita Financeira	04	-	-		
Royalties	10	4.142	3.571	(571)	-13,8%
TOTAL		5.858	5.249	(609)	-10,4%
Salário Educação	05	476	476		
Outros	05	1	1		64,5%
TOTAL	05	477	477		0,1%
FPE	06	1.165	1.165		
Receita Financeira	07	-	-		
IPI	07	777	777		
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
TOTAL	07	863	863		
Demais	20	16	16		0,1%
Intra-orçamentária	20	41	41		
Total	20	57	57		0,0%
FECF	22	3.035	3.035		
Multas e Juros	22	14	14		
Dívida Ativa	22	21	7	(14)	-66,1%
TOTAL	22	3.070	3.056	(14)	-0,5%
Outros	26	0	0	0	140,0%
CIDE	26	28	18	(10)	()
TOTAL	26	29	19	(10)	-34,8%
Dep. Judiciais tributários	90	711	700	(11)	-1,5%
Outros	90	1	1		
TOTAL	90	712	701	(11)	-1,5%
DEP. Judiciais não Tributários	91	300	300		
Outros	91	-	-		
TOTAL	91	300	300	-	
Outros	95	4	5		7,0%
Outros*	95	2	2		
Outros	11	55	55		
Outras Restituições	11	6	10	4	66,7%
Operações de Crédito*	11	5.381	5.381		
Operações de Crédito*	21	695	696	1	0,1%
Total Fontes de Recursos do Tesouro		60.381	61.232	851	1,4%
Total Demais Fontes de Recursos		20.957	20.957		
Total Geral		81.338	82.189	851	1,0%

* Receitas de Capital

** Receita Bruta (com FUNDEB)

¹ Inclui R\$2.657.857,00 referente à Emenda Legislativa para orçamento de investimento da CEDAE

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

A reavaliação das Receitas do Estado alterou também o cronograma anteriormente estimado. O quadro abaixo demonstra o novo cronograma, ajustando o fluxo de entrada das Receitas nos próximos meses de 2015 à nova previsão para o ano.

Tabela 3 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos

FONTE	TIT FONTE	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	00	6.771.879	6.438.877	6.130.396	6.636.780	6.675.708	7.110.668	39.764.308
		01	3.287	4.877	3.115	4.482	4.482	4.482	24.726
		22	493.245	509.810	499.009	485.305	510.591	537.217	3.035.177
13	RECEITA PATRIMONIAL	00	2	4	4	10	10	10	39
		01	53.185	45.983	51.788	37.093	80.426	123.759	392.234
		04	1.142.648	250.387	244.473	-5.006	78.691	-33.231	1.677.962
		05	408	84	248	93	93	93	1.020
		07	0	0	0	0	0	0	0
		10	233.229	61.748	707.807	1.155.628	272.530	1.139.633	3.570.574
		11	19.569	14.724	15.928	1.593	1.593	1.593	55.000
		21	768	855	844	111	111	111	2.800
		26	14	20	20	22	22	22	120
		90	214	264	309	57	57	57	959
16	RECEITA DE SERVIÇOS	01	5.596	1.278	5.409	1.072	1.072	1.072	15.500
		95	174	75	197	52	52	52	600
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	01	0	0	0	0	14.333	28.667	43.000
		05	131.123	70.309	67.809	68.980	68.980	68.980	476.181
		06	239.892	183.521	219.067	163.328	152.746	206.142	1.164.696
		07	141.621	134.692	133.848	144.060	142.665	165.725	862.610
		26	396	0	0	0	18.084	0	18.480
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	00	92.348	114.844	111.932	190.540	190.540	230.294	930.499
		01	5.114	14.702	96.437	18.142	16.660	25.623	176.678
		11	4.235	1.376	3.176	646	464	104	10.000
		20	1.448	11.012	2.079	454	149	869	16.010
		22	2.854	3.046	2.927	3.924	3.924	4.067	20.742
		90	0	0	0	0	0	700.000	700.000
		91	0	0	115.627	61.458	61.458	61.458	300.000
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11	138.064	305.970	969.680	1.322.327	1.322.327	1.322.327	5.380.694
		21	3.344	12.548	95	225.774	225.774	225.774	693.309
22	ALIENAÇÃO DE BENS	01	0	0	0	0	566.667	1.133.333	1.700.000
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	95	0	0	0	794	794	794	2.382
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	01	76	135.578	68	8.811	23	5.681	150.236
		20	9.357	9.797	6.553	3.814	2.411	9.007	40.938
83	INTRAORÇAMENTÁRIA AMORTIZAÇÃO	01	0	104	88	0	4	5	200
Total Fontes de Recursos do Tesouro			9.495.315	8.327.054	9.389.962	10.530.734	10.413.832	13.074.779	61.231.676

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

V - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a terceira revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparada com o orçamento disponível.

Tabela 4

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE								
FR	RECEITA BRUTA PREVISTA (A)	PREVISÃO FUNDEB (B)**	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA (C) = (A) - (B)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	SUPERÁVIT	DISPONÍVEL (D)	DIFERENÇA (C)-(D)
00	40.694.846.006	5.520.997.122	35.173.848.884	38.465.744.925	3.013.005.472	27.970.919	35.424.768.533	(250.919.649)
01	2.502.573.900		2.502.573.900	2.645.648.123	822.114.425	-	1.823.533.698	679.040.203
06	1.164.696.113	232.939.223	931.756.890	968.661.490	36.904.600	-	931.756.890	-
07	862.610.284	133.666.844	728.943.440	861.757.236	132.813.797	-	728.943.439	1
22	3.055.919.072		3.055.919.072	3.268.778.173	197.260.486	1.550.211	3.069.967.476	(14.048.404)
Subtotal	48.280.645.375	5.887.603.188	42.393.042.187	46.210.589.947	4.202.098.780	29.521.131	41.978.970.037	414.072.150
04	1.677.962.397		1.677.962.397	3.322.824.132	1.606.938.421	-	1.715.885.711	(37.923.314)
05	477.201.264		477.201.264	478.314.473	-	-	478.314.473	(1.113.209)
20	56.948.498		56.948.498	74.507.917	-	17.578.704	56.929.213	19.285
26	18.600.145		18.600.145	5.895.720	-	1.493.590	4.402.129	14.198.016
90	700.958.812		700.958.812	711.766.572	-	-	711.766.572	(10.807.760)
91	300.000.000		300.000.000	363.421.572	-	63.421.572	300.000.000	-
95	6.982.432		6.982.432	6.997.481	-	2.935.795	4.061.686	2.920.746
11	5.445.694.222		5.445.694.222	6.789.989.396	850.000.000	1.347.996.897	4.591.992.499	853.701.723
21	696.108.734		696.108.734	744.360.741	-	43.153.653	701.207.088	(5.098.354)
10	3.570.573.931		3.570.573.931	3.570.573.931		-	3.570.573.931	-
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	12.951.030.436	-	12.951.030.436	16.068.651.935	2.456.938.421	1.476.580.212	12.135.133.302	815.897.134
TOTAL	61.231.675.811	5.887.603.188	55.344.072.622	62.279.241.882	6.659.037.201	1.506.101.343	54.114.103.339	1.229.969.284

** Contabilizado por Conta Redutora.

SIG em 24-08-2015

Em relação à receita estimada, detalhadas no item III, a comparação com o orçamento liberado aponta para uma disponibilidade de R\$1,229 bilhão, conforme demonstrado na Tabela 5, já deduzidas as transferências ao FUNDEB, atualmente contabilizadas por conta redutora. Deste saldo, R\$853 milhões correspondem à FR 11 – Operações de Crédito, cujo valor está adequado ao espaço fiscal autorizado.

Considerando as Fontes de Recursos do Tesouro que se compensam, a previsão de Receita aponta para um saldo de R\$ 414,07 milhões concentrados na FR 01, por conta de receitas não recorrentes.

VI – Alocações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

Neste item são detalhadas as alocações necessárias nas vinculações constitucionais e legais, demonstradas em tabelas individualizadas.

A contabilização do FUNDEB por conta redutora, mecanismo implantado no exercício de 2013, dispensa a execução orçamentária. No entanto, o cálculo da previsão da despesa anual exige sua inclusão nos gastos com Educação, para fins de cumprimento do índice constitucional.

Com relação à FR 15 alocada em Educação, sugerimos que a liberação orçamentária ocorra em consonância com a realização da receita, uma vez os registros contábeis da conta redutora não discriminam o retorno e a perda líquida. Numa estimativa preliminar, deverão retornar ao Estado R\$ 2.684.955.034,00.

VI.1 Transferências aos Municípios

Tabela 5

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS					
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	9.782.050.725	10.648.393.209	788.905.307	9.859.487.902	77.437.177
FR 04	321.052.885	492.452.796	157.091.650	335.361.146	14.308.261
FR 07	194.186.053	233.248.933	39.062.880	194.186.053	(0)
FR 26	4.620.036	-	-	-	(4.620.036)
TOTAL GERAL	10.301.909.700	11.374.094.938	985.059.837	10.389.035.101	87.125.401

VI.2 Saúde

Tabela 6

SAÚDE					
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS*		4.735.696.855	379.012.330	4.356.684.525	
2901		160.310.092	-	160.310.092	
2931		32.769.084	3.034.891	29.734.193	
2961		4.471.046.982	375.977.439	4.095.069.542	
2971		71.570.698	-	71.570.698	
IASERJ		(32.769.084)	(3.034.891)	(29.734.193)	
Juros sobre a Dívida (IVB)**		(354.816)	-	(354.816)	
Juros, Multas e Demais Encargos				-	
Restituição					
TOTAL GERAL	4.294.010.120	4.702.572.955	375.977.439	4.326.595.516	32.585.396

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043. / Excluída FR 01 e FR 20.

**Estimativo

VI.3 Educação e FUNDEB

Tabela 7

Em R\$

EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO				DIFERENÇA = (B) - (A)
	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	
UOS*		3.784.798.920	222.540.818	3.562.258.102	
1241		22.499.344	2.807.214	19.692.130	
1801		1.276.520.172	14.053.850	1.262.466.322	
1802		201.625.556	-	201.625.556	
4041		207.782.643	16.743.390	191.039.253	
4043		974.973.933	89.622.820	885.351.113	
4044		868.756.818	75.301.472	793.455.346	
4045		164.060.080	16.781.525	147.278.555	
4046		39.624.477	3.511.707	36.112.770	
4047		28.955.897	3.718.840	25.237.057	
CEPERJ		(22.499.344)	(2.807.214)		
FAPERJ		(207.782.643)	(16.743.390)		
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(23.817.496)	-	(23.817.496)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(14.775.627)	-	(14.775.627)	
Juros, Multas e Demais Encargos**					-
Restituições					
Subtotal	3.058.273.731	3.515.923.810	202.990.214	3.312.933.596	254.659.865
FUNDEB - Conta Redutora	5.887.603.188			5.887.603.188	
TOTAL EDUCAÇÃO	8.945.876.919	3.515.923.810	202.990.214	9.200.536.784	254.659.865

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

Excluída FR 01, fr 20

VI.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Tabela 8

Em R\$					
FAPERJ					
FAPERJ	DESPEZA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	428.338.313	467.612.402	37.171.279	430.441.123	2.102.810

Em R\$					
FECAM					
FECAM	DESPEZA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 01	828.567	828.567	-	828.567	(0)
FR 04	303.003.601	531.930.936	211.262.589	320.668.347	17.664.746
TOTAL GERAL	303.832.168	532.759.503	211.262.589	321.496.914	17.664.746

Em R\$					
FEHIS					
FEHIS	DESPEZA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS		251.779.758	14.542.179	237.237.578	
Aluguel Social		74.974.908	5.190.830	69.784.078	
TOTAL GERAL	305.591.907	326.754.666	19.733.010	307.021.656	1.429.749

Em R\$					
FAF					
FAF	DESPEZA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	349.732.342	384.896.430	19.680.906	365.215.524	15.483.182

Em R\$					
PASEP					
PASEP	DESPEZA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	402.644.785	413.803.713	-	413.803.713	11.158.928
FR 01	25.025.739	18.520.963	-	18.520.963	(6.504.776)
FR 04	49.274.834	85.117.321	29.892.180	55.225.141	5.950.307
FR 06	11.646.961	12.108.269	-	12.108.269	461.308
FR 07	6.426.683	7.427.285	-	7.427.285	1.000.602
FR 26	139.801	1.817	-	1.817	(137.984)
TOTAL GERAL	495.158.804	536.979.368	29.892.180	507.087.188	11.928.384

VII – Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por Fonte de Recursos apontado na Tabela 5, e as respectivas alocações necessárias por conta das vinculações constitucionais e legais e das demais despesas não discricionárias.

O saldo de recursos livres, apontado na coluna SUBTOTAL, é de R\$803,88 milhões, uma vez que os valores vinculados às FR(s) 04, 26 e 90 têm destinação específica. Este valor poderá ser menor na medida em que os R\$ 254,6 milhões que deverão ser contingenciados na Função Educação não se concretizarem, restando, então, R\$ 549,22 milhões para atender ao pagamento da Dívida.

Consideradas apenas as despesas não discricionárias aqui citadas o déficit estimado é de R\$ 1,98 milhões que deve ser somado ao déficit de pessoal e de custeio de domínio da SEPLAG.

Tabela 9

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (3ª REVISÃO RECEITA)

FR		00	01	06	07	22	SUBTOTAL	04	26	90	TOTAL
SALDO / DÉFICIT FR		-250.000,60	679.040.203	0	1	-90.800,00	414.072.150	-37.933.384	14.198.016	-80.009.750	379.539.092
TOTAL COMPROMISSOS		393.427.358	6.504.776	461.308	1.000.602	1.429.749	389.814.240	37.923.314	4.750.020	0	422.979.533
OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	77.437.177				-0	77.437.177	14.308.261	-4.670.036		87.125.401
	SAÚDE	32.585.396					32.585.396				32.585.396
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	254.659.865					254.659.865				254.659.865
	FAPERJ	2.102.810					2.102.810				2.102.810
	FECAM						0	17.664.746			17.664.746
	FEHIS					1.429.749	1.429.749				1.429.749
	FAF	15.483.182					15.483.182				15.483.182
PASEP	11.158.928	-6.504.776	461.308	1.000.602		6.116.061	5.950.307	-137.984			11.928.384
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)		142.507.708	672.535.427	461.308	1.000.602	-92.600,00	803.886.390	-0	9.439.996	-80.009.750	802.518.626
DÍVIDA		-2.116.325.135	-672.535.427				-2.788.860.562				-2.788.860.562
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES E DÍVIDA (2)		-1.973.817.427	0	461.308	1.000.602	-92.600,00	-1.974.974.172	-0	9.439.996	-80.009.750	-1.965.543.926

VIII - Conclusão

Na presente Nota avaliou-se a Receita sob a luz das perspectivas da economia, descritas no item II desta Nota, aliadas às variáveis do processo de arrecadação e do acompanhamento da Receita realizada, vis á vis ao orçamento liberado.


Procurou-se, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar os cálculos para ajustar as dotações que financiam despesas obrigatórias e índices constitucionais.

O valor final negativo de R\$1,98 bilhão não inclui o déficit financeiro de pessoal e de parte do custeio mínimo. Confirma-se a indisponibilidade para assumir despesas não programadas ou superiores à dotação disponível e recomenda-se, numa atitude conservadora, que os recursos contingenciados, R\$6,5 bilhões permaneçam indisponíveis, por força do desfavorável cenário econômico.

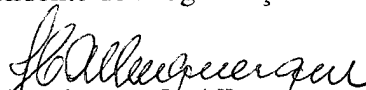
No momento atual é fundamental a continuidade pela busca de receitas não recorrentes que venham minimizar o déficit financeiro estimado, já que o cenário econômico adverso continua indicando frustração do ICMS neste segundo semestre.

Nessa direção, visando garantir o pagamento das despesas não discricionárias esta Secretaria de Fazenda dará continuidade à modernização dos procedimentos arrecadatórios e, de forma intensiva, à gestão do contencioso do Estado, trabalho iniciado nos dois últimos meses com resultados positivos aqui registrados nesta Nota.

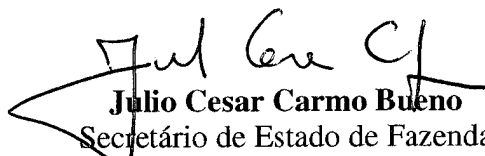
A SEFAZ, numa postura cada vez mais proativa está investindo na modernização da área de TI, de modo a criar espaço, já no próximo exercício, para a implantação de projetos estruturantes calcados em inteligência fiscal, que aliados a outras medidas de gestão contribuam para a sustentabilidade fiscal do Estado .


Raphael Phillippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal


Daniela de Melo Faria Costa
Superintendente de Programação Financeira


Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,


Julio Cesar Carmo Bueno
Secretário de Estado de Fazenda